

35º Encontro Anual da Anpocs
GT 33 – Sobre Periferias: Novos Conflitos no Espaço Público

Política, Violência e Agência na Periferia de São Paulo¹

Ana Paula Galdeano Cruz

¹ Este trabalho é uma versão modificada de “Políticas, Violência e *Agency*: Redes Sociais de uma Organização de Direitos Humanos”. É também resultado de uma pesquisa do pós-doutorado realizada no Centro de Estudos da Metrópole com recursos da FAPESP – Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo.

Este artigo discute os deslocamentos recentes na ação de uma entidade de direitos humanos de Sapopemba (CDHS), organizada desde a sua origem com objetivo de garantir os direitos da população em um contexto de desigualdade e violência. De acordo com uma das teorias que tem repensado a discussão clássica sobre estrutura, ação e agência, a análise da ação social pode ser bem explorada leva-se em conta uma abordagem histórico-relacional em que pese os ambientes políticos e culturais, as interações entre os atores, eventos específicos demarcados no tempo, assim como os diferentes elementos que compõem a agência humana (Emirbayer e Mische, 1998)². Inspirada nesse quadro que explicitarei detalhadamente em outro lugar, quatro são os elementos que me interessam para entender os deslocamentos no *fluxo da ação*: conjunturas políticas – eventos específicos demarcados no tempo - interações entre os atores³ – e agenciamento dos ativistas⁴.

Argumento que as mudanças na ação do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba acompanham dinâmicas políticas, sociais e criminais recentes, que serão exploradas, não exatamente nesta ordem, a partir: (a) das políticas públicas na área da segurança; (b) da dinâmica do crime organizado, (c) do incremento das políticas nas áreas da justiça e assistência social nos últimos anos e (c) do papel das lideranças

² Estes autores fazem um balanço muito completo da discussão sobre estrutura, ação e agência na filosofia e sociologia. Um dos pontos centrais é o interacionismo e George Mead e a discussão dos teóricos da prática, Bourdieu e Giddens. Giddens (2000), debate criticamente a visão de estrutura e ação no interacionismo de Mead e em marxistas como Paci, Althuser e Lukács, além da filosofia wittgensteiniana. Essa última, por sua vez, é o ponto de partida de Venna Das (2007) para pensar a noção de sociabilidade. Outras correntes e autores influenciaram o debate, como a antropologia estruturalista de Levi-Strauss, assim como a vulgata do marxismo, além do existencialismo de Sartre (Bourdieu, 2000 [1980] e Ortner, 2007). Para uma discussão sobre redes sociais, ações coletivas e movimentos sociais na literatura norte-americana ver Diani e McAdam (2003). Daniel Cefai (2010) discute as pesquisas da “nova” sociologia da ação coletiva na França.

³ Tenho utilizado a elaboração de sociogramas de redes sociais para mapear as interações dos atores ao longo do tempo. Os estudos que adotam a análise das redes sociais como teoria e método têm apontado que as redes dialogam com as ações sociais e são caracterizadas por conjuntos de vínculos diversos constituídos ao longo da vida dos indivíduos ou de instituições. Para uma discussão brasileira sobre redes sociais e pobreza ver Marques (2010), Gurza Lavallo et. al. (2006^a, 2006^b, 2007) investigou as organizações civis na perspectiva de redes. Almeida et. al. (2009), chamou a atenção para o paradoxo entre a constituição dos sujeitos políticos e os mecanismos de segregação política impulsionados pelas políticas públicas, sublinhando o papel das redes e os mecanismos sociais que produzem a pobreza e as desigualdades sociais. Feltran (2010) fornece subsídios importantes para pensar a ação social das organizações civis de Sapopemba, contribuindo para a reflexão da ação social. Preocupado com as fronteiras entre a periferia e o mundo público, mediadas exatamente pela ação coletiva das entidades de Sapopemba, ele argumenta que a ação política não se limita aos terrenos demarcados como os movimentos, os partidos, os conselhos, ou assembléias, mas “se assenta também, e fundamentalmente, na disputa subjacente à própria instituição destes terrenos e sujeitos – os militantes da favela têm de constantemente forjar sua aparição como sujeitos” (Feltran, 2010: 228).

⁴ Ao longo deste artigo tomo de empréstimo os diferentes aspectos analíticos da categoria *human agency* tais como definidos por Emirbayer e Mische (1998): *dimensão repetitiva*, *dimensão projetiva* e *dimensão de avaliação prática*, que permitem examinar formas de ação através do *fluxo do tempo* e de *eventos emergentes*. Tento explicitar a relevância analítica dessas noções a partir dos dados empíricos.

comunitárias e vínculos com a comunidade. De modo secundário, tento explorar a importância que a etnografia assume na investigação dos processos de continuidade e mudanças das redes sociais, sobretudo quando se trata de investigar, como se pretende, as correlações entre estruturas sociais e agência para a análise da ação social e coletiva. Tento entender, deste modo, quais são os contextos de mudança que contribuíram para a transformação da rede e como diferentes contextos histórico-relacionais engendrados ao longo da história do CDHS (e seus ativistas) contribuem para o agenciamento da entidade no presente: políticas desarticuladas, padrões novos de violência e agência são elementos que ajudam a entender o fluxo e os deslocamentos da ação do CDHS.

O artigo está dividido em três partes, para além desta introdução. Em seguida, descrevo a origem do CDHS enfatizando suas formas de agenciamento diante dos dilemas contextuais impostos às organizações civis que se dedicam ao trabalho de “prevenção” da violência, desenhando, em linhas gerais, o contexto político e de violência que culminou com a sua criação. Além de sumarizar os deslocamentos recentes no fluxo de sua ação. Na segunda parte, apresento o CDHS até 2006, e exploro algumas de suas intersecções institucionais. Em particular, aquelas que articulam diversos atores no debate sobre abusos e as infrações policiais na periferia. Duas etnografias de ações na área da segurança pública são apresentadas, as Operações Saturação e os Crimes de Maio, bem como os eventos, práticas e discursos que resultaram destas operações vinculadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Na terceira parte, discuto as redes sociais do CDHS em período atual, e exploro o contexto de diminuição das demandas contra os abusos policiais e a hegemonia do PCC nos territórios, ao mesmo tempo em que chama-se a atenção para o fato de que a violência continua operando de forma latente. Nesta última parte, também abordo as dinâmicas próprias das políticas sociais, em que aparecem os novos e desarticulados equipamentos sociais de assistência social e os eventos promovidos pelo CDHS que visam responder às lacunas das políticas públicas. Em todo o trabalho, levo em conta a literatura internacional que tem usado a teoria das redes sociais para pensar a ação social de organizações da sociedade civil e seus movimentos, considerando a análise do “agenciamento” como importante componente da ação coletiva.

O Centro de Direitos Humanos de Sapopemba: Origem, Formas de Agenciamento e Deslocamentos na Ação

O Centro de Direitos Humanos de Sapopemba é criado em 2001 com o apoio financeiro de padres combonianos e espiritanos. Ele nasce efetivamente com o “projeto” de resgatar a vocação de mobilização política autônoma em relação ao Estado, e de garantir direitos à população mais pobre de Sapopemba, sobretudo as residentes em favelas. Tal vocação remete a dois fatos centrais articulados na linha do tempo. Primeiro, a atuação das CEBs. Segundo, a problematização da experiência do Centro de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), cuja relação com o Estado para a execução de medidas sócioeducativas significou a tecnificação do atendimento e o dilema da “*contenção* do público atendido aos limites internos às fronteiras das entidades comunitárias” que, no limite, relaciona-se com a gestão social das populações (Feltran, 2010:220).

Como se sabe, nas décadas de 1970 e 1980 as CEBs tiveram um impacto importante nas associações voluntárias das classes populares. Em Sapopemba essa influência se fez sentir na formação das organizações civis pró-direitos humanos e na formação de líderes comunitários muito atuantes, que contribuíram para a formação de partidos e movimentos políticos. Na ação social desses ativistas, combina-se a *dimensão mais habitual ou repetitiva da agência* – os sentimentos de dominação, segregação e injustiça, relacionados às condições objetivas de vida –, e a *dimensão projetiva da agência*, em que o projeto de defender os moradores mais pobres favorece a relação com os setores do Estado e políticos tidos como progressistas do ponto de vista dos direitos humanos e comprometidos com a melhoria das condições de vida, como o Partido dos Trabalhadores e setores do Judiciário. Todo esse universo apóia as narrativas dos ativistas sobre o coletivo, além do curso de suas próprias trajetórias individuais. Essas narrativas fornecem repertórios de histórias que servem como recursos de enquadramento temporal e que ajudam a definir o pertencimento a uma comunidade (Carr, 1986, Somers 1992, Emirbayer e Mische, 1998).

A trajetória de Isabel é exemplar para reconstruir a mobilização das entidades de direitos inspiradas pelas CEBs e os dilemas em que essa forma de atuação foi inscrita a partir da violência. Sua formação foi influenciada pela Igreja Católica desde a década de 1970, através do contato junto aos padres vinculados à Teologia da Libertação. Participando das CEBs desde os 14 anos, ela se envolveu no trabalho comunitário nas favelas e acompanhou a atuação de justiceiros no extermínio de

jovens, bem como as execuções promovidas pelos bandidos locais. Aos 18 anos, também influenciada pelo movimento feminista da década de 1980, ela iniciou seu primeiro trabalho com mulheres dispostas a sair da prostituição. Na década de 1980, Isabel esteve envolvida na mobilização que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, no movimento nacional que resultou na criação dos Centros de Direitos da Criança e do Adolescente. Ela foi uma das responsáveis pela criação do CEDECA Sapopemba -“Monica Paião Trevisan”-, que desenvolve trabalhos junto aos jovens em conflito com a lei, e que homenageia Mônica que foi estuprada, assassinada e esquartejada aos 15 anos de idade. A vida de Isabel foi orientada pela valorização do princípio ético que leva o fiel a se pensar não como um indivíduo isolado, mas como um sujeito coletivo que visa à transformação através da ação política. O trabalho incessante de formação junto aos mais pobres tinha como objetivo educar e formar as pessoas em direitos humanos e no aprendizado da participação política. Ela também sofreu graves ameaças de morte por parte de policiais e violência consumada. A experiência da violência, além dos diversos casos acompanhados, conferiu a ela uma performance política que não estava separada da “força corpórea”, elaborada por ela através de “muita terapia” e exílios forçados no exterior⁵.

Por força da “socialidade da experiência”, para usar os termos de George Mead em *Mind, Self and Society*, a experiência comum de diversos jovens pobres, frequentemente negros, que sofriam abuso policial, ou que se envolviam no mundo do crime em um contexto de privações de direitos formavam um “coletivo”⁶. O contexto político e social de Sapopemba, marcado duplamente pela Teologia da Libertação e pela violência, contribuiu para que os ativistas focalizassem os padrões de infrações de direitos no curso da vida de milhares de crianças e adolescentes, dirigindo uma “atenção seletiva” a esse público que requerer atenção e resposta do poder público. A atenção seletiva diz respeito aos sistemas de relevância do conhecimento que são desenvolvidos a partir do curso da vida e do passado da experiência coletiva, o que alerta os atores para os elementos e situações que requerem maior atenção e resposta

⁵ Penso as ameaças contra Isabel como tipos de censuras elaboradas, por certo com sofrimentos, que acabaram por produzir e projetar sua performance política (Butler, 1997).

⁶ Como disse Isabel: “Nós sabemos que a questão passa pelo controle social”. Ela se refere ao controle social como um componente da violência estrutural, o que seria uma estratégia que persiste no Brasil desde a escravidão tendo perdurado na Ditadura Militar com os justiceiros e o Esquadrão da Morte e, após a década de 1980, com os presos comuns, sobretudo os jovens negros e pobres. Em uma entrevista realizada logo após os ataques do PCC em 2006, ela comentou: “nós já sabemos como é que é o sistema carcerário, seja pra adolescentes, seja pra adultos; nós sabemos que a questão passa pela questão do controle social. Cadeia e FEBEM é pra controle social dos mais pobres”.

(Emirbayer e Mishe, 1998: 978). Nos termos de Thénovenot (2006), pode-se dizer que o engajamento desses ativistas é marcado por “políticas do próximo”, em que dimensões de solidariedade, responsabilidade e dever com os próximos “íntimos” são centrais. Ou ainda, nos termos de Bourdieu, a ação coletiva que deu origem ao CDHS esteve relacionada com “o domínio de um código comum” que chamava a atenção para situações de dominação, privação de direitos, segregação, injustiça e violência, pois as mobilizações coletivas “não podem obter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizadores (profeta, dirigente etc.) e as disposições daqueles que se reconhecem em suas práticas” (Bourdieu, 2009 [1980]: 98). Ao focalizar a atenção nos direitos dos jovens, os ativistas reconheciam um grupo e identificavam padrões de experiência comuns: jovens oriundos de famílias pobres e faveladas, sem direitos econômicos e sociais, tornavam-se mais expostos ao envolvimento com atos criminais, ao abuso policial e ao controle social.

A fundação do CEDECA ocorre formalmente em 1991, pouco depois da promulgação do ECA, apoiada por uma extensa rede de articulação com a Pastoral do Menor, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a CNBB e outras. Registrada como ONG, a entidade passa a atuar na defesa dos direitos, no controle e articulação das políticas públicas na área da infância, bem como na promoção dos direitos através da formação educativa na própria comunidade. No final da década de 1990, o CEDECA estabelece parcerias com o Estado para o acompanhamento de jovens infratores em situação de Medidas Sócioeducativas, o que exigiu grande articulação política em meio à ausência de critérios claros para o repasse de recursos. A complexa ramificação do CEDECA, em termos de projetos e convênios com o Estado trouxe dilemas e impulsionou a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos. Como aponta Feltran (2010), o CEDECA já nasce como um movimento híbrido, ligado aos campos movimentalista e institucional dos movimentos sociais, o que gera tensões internas. Essa situação gerou “conflitos que opunha o grupo de militantes fundadores, que apostava num ‘Cedeca movimento social’, e o grupo de funcionários contratados (técnicos das políticas sociais), que enxergavam a organização como um espaço de atendimento, portanto de atuação profissional” (op.cit: 221).

O Centro de Direitos Humanos de Sapopemba nasce desse processo reflexivo, em que os ativistas questionam seu papel na ação coletiva após um período em que boa parte dos ativistas passa a atuar nos projetos de co-gestão entre sociedade civil e Estado. Os convênios “amarravam” a mobilização política e tornava o CEDECA uma extensão

do Estado. O CDHS nasce nesse contexto, como uma *inovação institucional*. Ele recupera o caráter de reivindicação política que marca o campo movimentalista em que os movimentos sociais estiveram inseridos. Os ativistas retomam essa vocação em um contexto em que os CEDECAs estão cada vez mais atrelados à burocrática do Estado e imersos na profissionalização. Esse projeto de inovação institucional, absolutamente intencional, reforça a consciência de que os ativistas fazem parte de um projeto coletivo de não se afastar de sua tradição de mobilização política. Isabel passou a coordenar o CDHS embora estivesse presente nas reuniões do CEDECA. Mais autônomo em relação às diretrizes e a burocracia do Estado, o CDHS qualifica as demandas da população a partir da experiência de privação local, encampando uma ação que enfatiza o Estado como o próprio infrator dos direitos. Tem-se, portanto, uma situação que caracteriza a dimensão projetiva da agência, em que os atores reconfiguram esquemas, gerando respostas alternativas face às situações problemáticas que eles confrontam na socialidade da experiência. A idéia central que dá sentido à ação é a de “projetos”, um processo que recebe seu ímpeto nos conflitos e nas mudanças da vida social (Emirbayer e Mische, 1998).

Em 2003, data de minha primeira visita à entidade, sua principal forma de atuação era a defesa dos direitos de jovens e suas famílias da principal forma de violência até então denunciada por moradores: a violência policial. Em minha primeira visita à entidade, nesse mesmo ano, Isabel, a principal liderança do bairro, contou-me que três jovens relatavam as torturas de que foram vítimas no DEIC (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado), em uma das salas da entidade. A atuação do CDHS em casos como este consistia no acompanhamento jurídico direto realizado por advogados da entidade, que além de defender os jovens judicialmente também encaminhavam os casos para a Ouvidoria do Estado de São Paulo, com vistas à punição administrativa dos policiais acusados.

Dez anos depois, em 2010, a maior parte das demandas por direitos que chegam ao CDHS se referem à violência contra a mulher e idosos, pensão alimentícia, guarda de crianças e questões relativas à aposentadoria. Não raro, trata-se de orientar não apenas um indivíduo, mas de encaminhar os diversos membros da família para serviços sociais disponíveis no município, uma vez que, de acordo com um de meus interlocutores, “a violência agora aparece de forma conjugada. O filho é usuário de drogas, o pai está preso e a mãe sofreu violência doméstica”. Ao longo desses anos, a própria estrutura da entidade foi alterada. O quadro de funcionários, antes limitado a

advogados, deu lugar a uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos e assistentes sociais que encaminha casos para as políticas sociais territorializadas, além de advogados que orientam e encaminham a população para a recém-criada Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que procede na assistência jurídica em casos de direitos da família (pensão alimentícia, divórcio, guarda e visita de filhos), civis (reintegração de posse, despejo etc), infância e adolescência (defesa de jovem acusado de crime) e criminal (defesa de adulto acusado de crime ou que cumpre pena).

As mudanças conjunturais, e o próprio deslocamento das demandas repercutiram em uma inflexão na atuação da entidade - do acompanhamento direito para o encaminhamento -, e nas intersecções entre os atores. Embora haja maior centralidade do Estado na rede local, há estrangulamentos no funcionamento das políticas públicas territorializadas. Para fortalecer o capital social dos equipamentos locais, aumentando os vínculos institucionais, o CDHS instituiu um encontro mensal de debate sobre os problemas locais, denominado “Tecendo a Rede”, bem como realizou uma audiência pública que demandou a implementação de uma Unidade Básica de Saúde em uma das regiões mais pobres do distrito, reforçando, portanto, a sua vocação para a articulação política.

O CDHS: de 2005 a 2009

Ao reconstruir analiticamente a rede social neste primeiro tempo, nota-se que grande parte das articulações (ou “nós”) do CDHS era com outros movimentos populares ligados aos direitos humanos (Centro de Direitos Humanos Santo Dias, Movimento Nacional de Direitos Humanos), entidades religiosas (ACAT), conselhos de direitos (CONDEPE) e Ouvidoria de Polícia, entre outros, o que revela um período de forte articulação política para denúncias em relação aos abusos policiais.

As etnografias que seguem pretendem mostrar que as intersecções institucionais neste momento estão relacionadas com três eventos ocorridos entre 2005 e 2006, e que são reações às políticas nas áreas de segurança pública: as audiências públicas para a discussão da Operação Saturação, e a Comissão Independente e Mista organizada para acompanhar as mortes ocorridas durante os chamados Crimes de Maio. Tais eventos chamam a atenção para a sobreposição de redes, laços e discursos e a maneira como a rede do CDHS se reconfigura por meio de eventos emergentes situados na localidade, ou mesmo de caráter supralocal. Os eventos contribuem para atar nós, fazer ligações e promover intersecções. Como aponta Mische (2008), as redes dizem

respeito às atividades de construção de relações desenhadas a partir de práticas culturais e práticas discursivas e comunicativas que cruzam diferentes tipos de movimentos.

a. Operação Saturação

A *Operação Saturação*, inicialmente. Essas operações são autorizadas pelo governo estadual, através da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) e traduzem a presença ostensiva de diversas forças policiais em favelas (COE - Comando de Operações Especiais, ROTA - Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar, Choque e a Cavalaria da PM). Sua justificativa oficial é o combate ao tráfico de drogas, a promoção do desarmamento e a aproximação entre polícia e comunidade. Ao longo dos anos, a Secretaria de Segurança Pública pretendeu associar as ações ostensivas com atividades de caráter de promoção social, incluindo barracas de Poupa-Tempo para a confecção de documentos para a população e, em alguns casos, serviços de saúde, como odontologia, realizados pelos próprios policiais. Pretendia-se passar a imagem de eficiência policial associada à promoção da cidadania. Mas essas operações resultaram em um paradoxo não resolvido pelo Estado. As *Operações Saturação* aumentam a visibilidade do governo no combate ao crime - dado o grande interesse da imprensa nas imagens de “guerra” -, ao mesmo tempo em que moradores denunciavam ações que feriam os direitos civis dos moradores das favelas, tais como invadir barracos e prender pessoas sem mandado de busca e apreensão, forjar provas para incriminar “suspeitos”, espancar e extorquir os moradores e pisotear em crianças.

No dia 28 de agosto de 2005, a *Operação Saturação* foi iniciada em Sapopemba com a presença das forças policiais por 45 dias. A presença das forças policiais remetia a um cenário de guerra: metralhadoras em punho, cavalos circulando, homens descendo de helicóptero via *rapel*, uniformes camuflados, policiais com “cara de mau”, jovens emparelhados em muros e muitos relatos de arbitrariedade. No dia 17 de novembro de 2005, o CEDECA e CDHS, para fazer frente à operação, organizaram uma audiência pública em um Centro de Saúde, próximo da favela. Nesse encontro estavam presentes representantes de organizações da sociedade civil e instituições públicas, algumas das quais eram tidas como progressistas: a Assessoria de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo, um juiz titular da Vara de Infância e Juventude, o Capitão do Batalhão da Polícia Militar da área, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, um deputado federal do PT, a Pastoral do Povo de Rua, o MNDH (Movimento Nacional dos Direitos Humanos), além de um

representante da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária, à época Nagashi Furukawa), da Sub-Prefeitura e da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP. Na figura 1, nota-se a posição expressiva do Partido dos Trabalhadores na estrutura da rede social do CDHS, conectado ao Poder Legislativo (legislativo) ao passo que a SAP não aparece no sociograma, revelando maior distância e relação apenas eventual.

A audiência pública começou com relatos da população sobre invasão de casas sem mandados de busca e apreensão, humilhação de moradores abordados, violência contra crianças e adolescentes e prisões injustificadas. Os músicos da igreja também cantaram canções que falavam de fraternidade e justiça. As instituições locais não se posicionaram contra a presença da polícia na favela, mas em favor de uma polícia capaz de garantir segurança dos moradores e de policiais preparados para atuarem em conformidade com os direitos humanos. Reivindicavam o policiamento comunitário e o trabalho em “rede”. “Pedimos ao governador que se faça uma quarentena também na educação, na saúde, na cultura e na assistência social”, disse Isabel. A partir dos atores em relação nesse evento, nota-se como um determinado contexto molda as intersecções da rede do CDHS, assim como orientação angélica específica. O caráter de reivindicação e demanda desse encontro – que estrategicamente reúne representantes da área da segurança pública – desloca o discurso aberto do controle social (ainda que ele esteja absolutamente implícito) para a necessidade de políticas públicas. Há, portanto, uma *recomposição simbólica*, típica da dimensão projetiva da agência, em que as narrativas são criativamente reconfiguradas e moldadas, ao mesmo tempo em que o projeto político continua inalterado, com vistas a garantir uma base comunicativa comum que possa reverter em benefícios para a população. Esse estilo de discurso comunicativo tende a ser deslocado quando a audiência pública funciona mais como um ritual de mobilização política local.

No dia 03 de dezembro do mesmo ano, durante o Lançamento de dois dossiês sobre a violência policial, uma “frente de pressão” argumentava a existência de uma política de controle social por parte do governo do Estado de São Paulo, executada pelas polícias através do uso da força abusiva contra os moradores pobres da favela. Participaram do evento nove mães cujos filhos foram assassinados por policiais no Rio de Janeiro (Rede de Mães); Tim Kahill e Patrick Wilcken, da Anistia Internacional; os parlamentares Renato Simões, deputado estadual (PT); Devanir Ribeiro, deputado federal (PT); Beto Custódio, vereador de São Paulo (PT) e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal; ACAT; AMAR; Observatório das Violências

Policiais-SP; Coletivo Contra Tortura; um representante do MST; um representante da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos e os moradores da favela (grande parte dessas organizações está situada no sociograma da Figura 1). Nessa ocasião, o discurso sobre a demanda de um policiamento na periferia aliado às denúncias, que marcaram mais fortemente o encontro anterior, foi deslocado para um discurso de oposição política em relação ao Estado, em que o então secretário de segurança pública, Saulo de Castro, era responsabilizado pelas iniciativas truculentas dos policiais e por manter distância das entidades e representantes dos direitos humanos⁷. Ao mesmo tempo, as mães que tiveram seus filhos assassinados pela polícia, no Rio de Janeiro, indicavam um discurso de revolta em relação à desigualdade de classe, que remetia às condições objetivas de privação: “Nossos filhos não têm direito à faculdade igual aos filhos dos engratados. Os filhos têm direitos. Eu não aceito os filhos saírem daqui enjaulados pela polícia”. Os ativistas envolvidos na discussão da violência no âmbito local participavam de uma série de espaços públicos onde a temática da arbitrariedade das polícias era o mote da discussão, qualificando suas narrativas em torno de um discurso comum que chamava a atenção para o controle social. Para isso, seus discursos tinham força nos saberes locais, e eram também apoiados por grupos situados nos âmbitos municipal, estadual e nacional, sobretudo entidades de direitos humanos e do Partido dos Trabalhadores. Nesse contexto, a audiência pública é um ato de resistência em que lógica da justiça e solidariedade se atualiza constantemente, em função dos eventos do presente.

b. Crimes de Maio

Os *Crimes de Maio*, em seguida. Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, ataques atribuídos pela opinião pública e pelo Estado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) deflagraram rebeliões em penitenciárias, ataques a Delegacias de Polícia, bancos, bases comunitárias da Polícia Militar, ônibus, e mataram policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e civis. A cidade de São Paulo parou. As polícias “revidaram” e a Secretaria de Segurança Pública do Estado informou que 126

⁷ Estas posições aparecem nas narrativas dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores. De acordo um deputado: “O ato é para dizer ao Saulo [Saulo de Castro - à época secretário de segurança] que a polícia dele não o deixa mentir. O discurso incentiva os maus policiais a serem truculentos. Só aqui tem mandado coletivo, em bairro de elite tem ordem policial específica. Aqui é amplo, geral e irrestrito. Continuamos desmentindo o Saulo”. Para um vereador: “Um dos maiores responsáveis é o Saulo. O Estado não manda saúde, mas cavalo. A polícia chega pra assustar. É preciso de união para deixar as coisas pequenas de lado para mudar a realidade de morte. O Saulo (...) não dialoga, não recebe as entidades”.

peças foram mortas em confrontos. Dados necroscópicos de vinte e três IMLs (Institutos Médicos Legais) revelaram que, nesse período, 492 pessoas foram mortas em todo o Estado, vítimas de arma de fogo. O dado apontava para o crescimento de mais 100% de mortes/dia, quando comparado com a média diária durante o segundo semestre de 2005. Entre os meses de maio, junho e julho de 2005, a média foi de 23 mortes por dia, enquanto que entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, registrou-se uma média diária de 55 mortes. Representantes de entidades pró-direitos humanos viam indícios de que o número oficial de mortes não correspondia com a realidade.

Esse fato recrudescceu a discussão sobre as políticas de segurança pública e resultou em um amplo debate público que durou praticamente todo o ano de 2006. Os Crimes de Maio ocorridos em São Paulo revelaram a polarização das instituições envolvidas nos assuntos de segurança, tentando apontar os “culpados”: a elite, as polícias, as penitenciárias, os bandidos, os governantes etc. As disputas institucionais e simbólicas se davam no âmbito do poder público e entre as instituições que se reuniram para discutir as evidências de execuções sumárias. As instituições do poder público adotavam a postura da “firmeza” e troca de farpas aconteciam entre os secretários de segurança pública e de administração penitenciária para apontar a responsabilidade dos ataques. Os Centros de Direitos Humanos de base local, entidades de defesa dos direitos dos presos e outras entidades ligadas ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) se organizavam juntamente com Ouvidoria de Polícia, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para discutir o aumento das mortes e as execuções de jovens pobres nas periferias, em encontros que acompanhei intensamente durante três meses. Como indicado, se nota no sociograma da figura os vínculos entre o CDHS e o Centro de Direitos Humanos Santo Dias, também vinculado ao MNDH e ao MNDH Nacional, cujas relações eram anteriores ao evento Crimes de Maio. O Ministério Público Federal não aparece no sociograma, indicando baixa contiguidade.

Uma *Comissão Independente e Mista* foi formada em caráter extraordinário para acompanhar e auxiliar as investigações em relação às mortes ocorridas entre os dias 12 e 20 de maio. A Comissão foi formada por instituições da sociedade civil como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEP), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CRIMESP), o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), a Conectas Direitos Humanos, a Pastoral do Povo de

Rua, o Centro de Direitos Humanos Santo Dias, além da Ouvidoria de Polícia, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal.

Formada para auxiliar os trabalhos da Justiça e garantir transparência às investigações, a Comissão elegeu acompanhar 39 processos judiciais que indicavam execuções sumárias; ao menos dois casos eram de jovens de Sapopemba. Cada instituição ficou responsável por colher, via ofício produzido pela Defensoria Pública, os inquéritos policiais nas próprias Delegacias de Polícia ou nos fóruns para onde os inquéritos foram mandados, os quais continham o boletim de ocorrência, os dados necroscópicos produzidos pelo IML e a investigação da Polícia Civil. As entidades de base local ficaram responsáveis por identificar e mobilizar as testemunhas das mortes para que a Defensoria Pública procedesse na defesa das vítimas.

No entanto, os representantes das instituições possuíam distintas trajetórias profissionais e diferentes opiniões sobre o principal objetivo da Comissão. Os debates travados apontavam para contextos narrativos diferenciados que evidenciavam ora a experiência, a política ou a técnica como elemento central a ser considerado para o desenvolvimento das atividades. Ficou claro, durante a etnografia da Comissão, que havia disputas entre esses procedimentos, indicando que mesmo entre aliados a política é conflituosa (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001 e Tilly, 2003). Alguns representantes achavam que a Comissão deveria se posicionar pela saída do então secretário de segurança pública. Essa era a postura mais ligada às instituições da sociedade atuantes nos níveis estadual, nacional e local. As organizações do Sistema de Justiça achavam que o importante era aumentar o repertório de dados que possibilitasse fornecer provas substanciais a serem somadas aos inquéritos e processos judiciais. As entidades de base viam problemas nessa última proposta já que não acreditavam na preservação das provas dos crimes produzidas pela Polícia Civil – diagnóstico que vinha da experiência de acompanhamento das ações das polícias nas comunidades. De toda forma, comprometeram-se a fazer contato com as famílias dos jovens executados para garantir testemunhas que seriam ouvidas pela Defensoria.

As entidades de base, incluindo o CDHS, contribuíram com a discussão a partir da experiência, revelando como o crime organizado se sustentava no nível local até o Sistema Penitenciário. Argumentavam que “nunca houve enfrentamento público” na questão das penitenciárias no Estado de São Paulo. De forma que o crime organizado se estabeleceu a partir de acordos entre o PCC, os policiais e o Sistema Penitenciário como um todo, com base na corrupção. E era exatamente essa conexão

que caracterizava o crime organizado. Denunciavam também as execuções sumárias ocorridas nos bairros e nas prisões, fora do período dos ataques, e não confiavam nos dados produzidos pela polícia em função da “maquiagem” das cenas de crimes.

As organizações não governamentais atuantes em nível estadual e nacional, viam motivos de crítica ao então secretário de segurança pública tendo em vista que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) não divulgava a lista completa de mortos, tampouco todos os laudos necroscópicos. Somava-se a isso, o fato alegado pelas entidades e políticos ligados aos direitos humanos de que a SSP não recebia os representantes dessas instituições para estabelecer um debate. Evidenciavam, assim, o problema *político*. Havia, para eles, uma falta de transparência do governo na divulgação de dados que vinham a reforçar os abusos cometidos pelos policiais. Nas entrevistas concedidas à imprensa, essas entidades chamavam a atenção para a confusão dos números dos mortos durante os ataques. Para a SSP, 185 era o número de pessoas mortas (23 policiais militares, 08 policiais civis, 06 agentes penitenciários, 03 guardas civis, 23 presos em rebeliões e 122 “suspeitos”)⁸. Para a Comissão, o número era 492 pessoas mortas. Esse diagnóstico motivava o pedido de uma audiência com o secretário, com a participação da imprensa, onde a discrepância dos dados seria discutida, pressionando a sua liberação.

Os defensores e promotores públicos argumentavam que queriam resultados e tentavam dividir tarefas, organizando subcomissões para solicitar os inquéritos policiais nas delegacias de polícia e “convencer” as testemunhas para que os processos pudessem ser abertos por parte da Defensoria. Como disse um representante da área jurídica: “A gente precisa daquela mulher que diz, ‘Eu escutei quando ele [o policial] disse: Cala a boca vagabundo’”. A visão menos política - e menos preocupada com a possibilidade de enfraquecer a cúpula da SSP - orientava ações mais *técnicas*.

A recém-criada Defensoria Pública estava disposta a promover sua legitimidade, buscando resultados concretos. O CDHS e o Centro de Direitos Santo Dias, por sua vez, indicavam que os moradores estavam com medo de depor e sofrer represálias, situação que seus ativistas também sofriam e, por isso, eram solidários; além disto, os casos eleitos como prioritários pela Comissão nem sempre correspondiam com os casos que estavam aparecendo nas comunidades, de forma que as testemunhas dispostas a falar não foram acolhidas e, com o tempo, perderam o

⁸ “Faltam mortos na lista”, afirmou promotor. *Folha de São Paulo*, 07/06/2006, C4. Caderno Cotidiano.

impulso para dar testemunhos. O representante do Ministério Público Federal pediu a reorganização dos trabalhos, já que inquéritos já estavam sendo arquivados pelo MPE. As oposições internas, agora equacionadas, indicam como múltiplas gramáticas de justificação convergiram em torno de uma *plataforma programática comum*: era preciso apresentar os dados e qualificá-los politicamente. Não se tratava apenas de uma “chacina” organizada por grupos de policiais que agem “fora da lei”. Tratava-se, e era preciso esclarecer que as mortes foram uma ofensiva deliberada do Governo do Estado contra os jovens pobres da periferia, sobretudo aqueles com antecedentes criminais, evidenciando o controle social de jovens pobres. A reivindicação da ação coletiva da Comissão era dupla: que os inquéritos não fossem arquivados e que os réus fossem julgados, e que as execuções fossem entendidas como uma ação da cúpula da SSP que autorizou os policiais a matar. Uma das conseqüências dos trabalhos organizados para punir os culpados pelas execuções foi a formação do Grupo Mães de Maio, que lutam pelo desarquivamento e federalização das investigações dos Crimes de Maio.

Todos esses eventos contribuíram para a indicar situações em que as redes não param de se compor e recompor. Atores ligados a diferentes “públicos” tentam responder às situações problemáticas (Mische, 2008). As audiências públicas também podem ser pensadas na chave da elaboração de um discurso comum contra a gestão das populações pobres via controle policial, onde são construídos argumentos em que os mais diversos atores: policiais, advogados, mães de jovens presos, ativistas com diferentes trajetórias possam participar. A composição de narrativas é fluída nesses diferentes cenários. Muitas vezes, na interação situacional com atores tão diversos, os atores se desvinculam de suas “redes de posições” e agem na tentativa de tomar posições públicas. Entre os anos de 2005 e 2006, os eventos na área da segurança pública (Operação Saturação e Crimes de Maio) influenciaram decisivamente as intersecções na rede do CDHS, na medida em que trouxeram situações problemáticas que tiveram como resultado duas ações coletivas, a Audiência Pública na favela de Sapopemba e a Comissão Independente e Mista.

O CDHS em 2010

No período posterior, os equipamentos mais próximos da rede social do CDHS são os de educação, assistência social e saúde, representados pelos “nós” com escolas, creches, UBSs, hospitais, AMA, CRAS e CREA. Esta rede representa em boa medida os equipamentos articulados pelo CDHS para os eventos do Tecendo a Rede (que serão

logo abordados). Nesta seção, argumento que as mudanças nas intersecções entre os atores estão relacionadas com relações sociais conformadas pelo abuso policial, com a emergência da normatização do PCC (Primeiro Comando da Capital), e com a consolidação de políticas territorializadas pouco efetivas, que contribuíram para a configuração inventiva de encontros promovidos com a centralidade do CDHS para articular os desencontrados equipamentos locais.

A diminuição de denúncias contra o abuso policial

Em 2010, quando voltei a Sapopemba se tornou claro que havia uma inflexão no campo político do “CDHS de 2005” em relação ao “CDHS de 2010”. O “primeiro” CDHS, imerso em um contexto combativo contra os abusos policiais, com suas audiências públicas, processos judiciais e grupos de trabalho não operava mais. Casos também muito complexos são atendidos hoje, e a violência atravessa todas elas. A mulher atendida por conta de um divórcio, tem um filho que consome *crack* e não sabe o que fazer. Verônica foi agredida pelo ex-companheiro e quer resolver a questão das visitas e a pensão do filho pequeno, mas o avô diz ter sido ameaço pelo pai da criança “que anda com coisa roubada e boa pessoa não é” e pede que a equipe do atendimento aconselhe a menina “que é cabeça dura”, e ainda gosta do rapaz. Duas mulheres pedem orientação para visitar Robson na prisão, enquadrado no artigo 33, por tráfico de drogas - ele carregava seis papéis de *crack* e as mulheres alegam que foram forjados. A mãe de Robson é alcoólatra, perdeu o documento de identidade e não visitou o filho que está preso há 5 meses.

Como se nota, a influência de questões que se relacionam com a violência não cessa desde o tempo anterior. O CDHS vai orientar. No caso de Robson, a advogada encaminha suas amigas para a Vara Criminal (a audiência será em três meses), e a família deve ir até a Defensoria Pública para conhecer o defensor e contar que o *crack* foi forjado. O advogado vai conhecer o preso uma hora antes do julgamento, já que a Defensoria é nova e têm poucos profissionais. No caso de Verônica, a denúncia de violência contra a mulher está no Jecrim (Juizado Especial Criminal) do Ipiranga, com supervisão da conselheira tutelar de Sapopemba. Ela deve ir ao Fórum da Vila Diva, levar os documentos e o endereço do pai, para regularizar a pensão. No momento da audiência, deve pedir que o juiz regularize a questão da visita.

Além disso, a violência extra-legal continua a operar em Sapopemba através dos “acordos” com o “mundo do crime”, e através de sua seletividade: “trabalhador” e

“bandido” serão diferenciados e aos últimos serão dirigidas as práticas ilegais do suborno. O bandido maior de idade e o bandido menor de idade provavelmente terão tratamentos diferenciados (Feltran, 2009). De acordo com os meus interlocutores “o acordo diminui a denúncia”. A nova normatividade do crime em Sapopemba, inaugurada pela hegemonia do PCC nos territórios, tem um papel, ainda que parcial, na explicação da alteração da demanda comunitária em relação às denúncias de abusos policiais, o que não significa que as práticas de abusos em diversos níveis não operem. Mas o “acordo”, como prática extra-legal, dá lugar aos espancamentos ou a forja de provas.

Têm-se notícia de que os acordos com os policiais cresceram com a hegemonia do PCC nos territórios e nas prisões. Além disso, o PCC passou efetivamente a exercer um papel de resolução e mediação de conflitos entre os “irmãos” (membros batizados do PCC), “primos” (pessoas envolvidas no crime que não são batizadas, mas seguem suas normas) e também entre a população residente nas favelas. Sabe-se que o PCC, por meio da figura do “disciplina”, tem um papel importante na mediação dos conflitos envolvendo os “irmãos” e “primos” com base no “proceder” (Marques, 2009, Biondi, 2009). Os “debates” são julgamentos em que um membro respeitado do PCC assume o papel de “juiz” para julgar o “certo”. Esse procedimento pode acontecer em local aberto ou fechado - barraco, prisão ou rua -, e envolve as partes, cujos argumentos são ouvidos e balizados pelo “disciplina”, cujo papel é análogo ao de um juiz. O desfecho do “debate” é a reparação de uma situação balizada pelo “certo”. Os julgamentos dizem respeito a uma diversidade de conflitos das mais diferentes ordens: explicações sobre transações comerciais (Marques, 2009), casos em que há suspeito de o “réu” em questão é informante da polícia (Feltran, 2009), cobrança de dívidas, além de outros litígios da vida cotidiana como brigas de marido e mulher ou ocupação irregular de terra (Hirata, 2010) etc. A análise do conjunto da literatura que tem se dedicado a investigar as figurações do PCC nas periferias ou nas prisões indica que este é um fenômeno dinâmico que não pode ser analisado a partir de uma essencialidade fixa, mas dos contextos em que se dão as interações.

Contudo, resta uma pergunta. Se casos de abuso ainda existem, como explicar por que eles não se tornam demanda no CDHS? Em primeiro lugar, supõe-se que os casos de fato diminuíram em Sapopemba e que os acordos entre o PCC e a Polícia operam na diminuição dos conflitos armados fatais. Em segundo lugar, é fundamental chamar a atenção para o fato de que Isabel se retirou dos quadros do CDHS, em 2008,

em função das diversas ameaças de morte sofridas. Tais ameaças provocaram o receio dos ativistas em proceder nas denúncias e, talvez, um recuo, ainda que temporário, no projeto de combater os abusos. Em outras palavras, as ameaças significaram tanto a saída da ativista mais combativa em relação aos abusos e as denúncias, como a necessidade de *avaliar praticamente* qual o novo rumo a seguir. De fato, em um universo em que as privações de direitos são enormes, eleger a “principal” demanda da comunidade é, muitas vezes, uma questão de “qualificar a demanda”. Bater na porta de uma entidade e denunciar um policial nunca é uma tarefa fácil, como nunca foi para os moradores de Sapopemba e de nenhum outro lugar. Isabel cumpria, então, esse papel de qualificar a demanda: reunir mães que tiveram filhos torturados, dar apoio, garantir a proteção, entrar com processos. Quando ela que sofreu tantas ameaças “sai de cena” em razão de constrangimentos bem objetivos, praticamente não há quem se disponha a “pagar o preço” de qualificar o abuso como denúncia. Ao mesmo tempo, a questão da violência, do tráfico de drogas, da polícia, continua operando em muitos casos atendidos. Mas, diante *dos cenários possíveis de ação*, os agentes enfrentam a tarefa de propor *resoluções hipotéticas* que vão responder adequadamente às preocupações morais, práticas e emocionais decorrentes de conflitos vividos, alterando formas de agenciamento. Quando o Estado, através da Defensoria Pública, assume defender os moradores pobres, as famílias de presos continuam recebendo assistência jurídica.

Políticas Territorializadas na área da Assistência Social e os Eventos do “Tecendo a Rede”

As perseguições e ameaças aos ativistas mudam o curso da ação, assim como a nova dinâmica criminal. Aprimorando suas capacidades de avaliações práticas, os atores reforçam suas habilidades para o exercício da *agency*, permitindo a eles perseguir seus *projetos* de modos que eles mesmos possam transformar os contextos situacionais de ação. O CDHS sempre esteve envolvido na defesa de um amplo escopo de direitos civis e sociais da população. Em um contexto de “demandas espontâneas” variadas, o conselho gestor da entidade sempre seleciona uma linha prioritária de atuação a cada biênio. A atenção seletiva para determinados temas como a violência contra a mulher e o abuso policial, sempre esteve relacionado com a expansão desses eventos no contexto local, e com a conjuntura mais ampla relacionada às políticas públicas. Estas situações emergentes serão exploradas, contribuindo para elucidar as

mudanças nas intersecções entre os atores da rede, além do alto grau de inventividade que contribui para a ação social.

Desde a sua fundação, ao eleger como objetivo o tema dos direitos humanos, a entidade passou a atuar em três eixos: *Articulação* da população e agentes sociais da região de Sapopemba para a denuncia de violação de direitos, o que acontece através de audiências públicas; *Formação em direitos humanos* a partir da elaboração de cartilhas educativas e cursos – em 2005 foi publicada a “Cartilha Direitos da Mulher”, em 2006 e 2007 a “Cartilha Abordagem Policial”, e em 2008 a “Cartilha Benefícios Previdenciários” - e *Assessoria Jurídica* através do atendimento de advogados que esclarecem a população sobre direitos e deveres, realizam mediação de conflitos e acompanham casos coletivos ou individuais de violações de direitos humanos. Atuam no atendimento das áreas da família (divórcio, separação, guarda de filhos, pensão, investigação de paternidade e violência doméstica), criminal (livramento de condicional de progressão de penas, andamento de processos, informações e orientações de pessoas presas para as famílias e violência policial), trabalhista (recebimento de benefícios, informações sobre CLT e direito trabalhista, assédio moral etc) e social (moradia, saúde, conflito entre vizinhos, pessoas desaparecidas, informações sobre documentação).

Após dez anos de existência, o financiamento internacional dos padres combonianos e espiritanos foi interrompido, impondo a necessidade de encontrar uma solução prática diante de uma situação problemática - a ausência de recursos -, que fosse ao mesmo tempo afinada com a trajetória de ação autônoma da entidade. O financiamento anterior deu lugar ao Projeto Balcão de Direitos, vinculado à Comissão de Justiça e Paz, por meio da Arquidiocese de São Paulo.

O Programa Balcão de Direitos funciona a partir de uma equipe multidisciplinar composta, além de advogados, por psicólogos e assistentes sociais. Os psicólogos atendem as famílias, muitas das quais têm filhos presos ou usuários de drogas, e também atuam nos projetos de formação em direitos humanos junto às escolas. Os advogados que antes acompanhavam casos individuais, agora orientam e encaminham os moradores através de atendimento jurídico e social, uma vez que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi instituída em 2006 para operar em casos de direitos da família, civis, infância e adolescência e criminal. Os assistentes sociais são responsáveis pelo mapeamento da rede de entidades locais, através da visita aos equipamentos e da sensibilização dos profissionais para o “trabalho em rede” (a

expressão local é exatamente esta). As *atividades de articulação* são realizadas através de encontros mensais denominados “Tecendo a Rede”, em um contexto duplo de expansão e ineficiência dos serviços territorializados nas áreas da saúde e assistência social.

Embora haja centralidade no papel do estado na rede local - isto é, de atores locais que estão diretamente conectados às secretarias municipais -, as narrativas dos ativistas do CDHS indicam que há constrangimentos no funcionamento das políticas em virtude da baixa cobertura dos equipamentos e da incipiente capacidade de integração dos serviços prestados. Para fortalecer o capital social dessas instituições, aumentando os vínculos institucionais, o CDHS instituiu um encontro mensal de debate sobre os problemas locais, o “Tecendo a Rede”, que conta com a participação de diversas áreas e equipamentos: *Educação* - escolas públicas das redes municipal e estadual (incluindo a educação infantil e o ensino médio), e representantes da regional leste de educação -; *Saúde* - Unidades Básicas de Saúde, hospitais, CAPs Adulto, CAPs Infantil, CAPs Álcool e Drogas e Ambulatório de Especialidades (AMA) -, *Associações locais* - de bairro, das mulheres, de idosos, da habitação, algumas das quais ligadas aos movimentos sociais (como o MDF- Movimento de Defesa do Favelado) e ao Partido dos Trabalhadores -; *Centros de Juventude e Organizações de Defesa das Crianças e Adolescentes* - CEDECA Sapopemba e seus Núcleos de Proteção vinculados, além do Conselho Tutelar e *Segurança Pública* - Batalhões de Polícia, Delegacias de Polícia e Delegacias da Mulher (ver Redes Tempo 2). Na figura 2, todos esses equipamentos estão diretamente vinculados ao CDHS, no canto inferior direito do sociograma.

Cabe uma explicação mais detalhada sobre a recém criada Política Municipal de Assistência Social. Os equipamentos de base territorial da assistência social foram instituídos pela prefeitura de São Paulo na gestão do prefeito Gilberto Kassab a partir das diretrizes e do financiamento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e do PNAS (Plano Nacional de Assistência Social), vinculados ao governo federal, que alterou o modelo de assistência anterior implementado na gestão de Marta Suplicy, sob responsabilidade da secretária Aldaíza Sposati. A SMADS (Secretaria Municipal de Assistência Social) é responsável por atender os tipos de proteção “básica”, “de média-complexidade”, “especial” e “de alta complexidade”. A “proteção básica” é executada por meio do CRAS, “a porta de entrada do sistema de assistência”, um equipamento de base local situado em áreas de vulnerabilidade que executam serviços de proteção e organizam redes de serviços socioassistenciais para as famílias ou indivíduos, e que

também prevê o desenvolvimento de programas, projetos e benefícios para pessoas com deficiência. O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é responsável, por exemplo, pelo repasse de benefícios, vinculado a cadastramento e outros condicionamentos, como o Bolsa-Família, Renda Mínima, Renda Cidadão e etc. Cada CRAS deveria atender 5 mil pessoas, mas em Sapopemba cuja população é de 300 mil pessoas, há apenas um equipamento. A “proteção de média-complexidade” é para indivíduos cujos direitos foram violados, mas cujos vínculos não foram rompidos, e é executada pelo CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), que realiza atendimento individual e é um equipamento existente apenas nas metrópoles. No momento da pesquisa, o CREAS estava em fase de implementação em Sapopemba. Há apenas dois CREAS em São Paulo, um no Centro e outro em Sapopemba, que foram implementados em “toque de caixa” para garantir os recursos do governo federal, mas que em 2010 estava passando por uma reestruturação, sem que seu papel fosse bem conhecido pelos militantes de Sapopemba.

Os encontros do Tecendo a Rede são marcados por falas em que os técnicos dos diferentes equipamentos apontam que “a rede não consegue dar encaminhamento” ou que “a rede não consegue dar conta” dos casos. Além disso, a interação dos encontros do Tecendo a Rede indicam diferentes “estilos comunicativos”. O Conselho Tutelar aponta resistência das famílias e dos jovens aos atendimentos. O CDHS chama a atenção para “pensar politicamente” as dificuldades dos equipamentos e formalizar as demandas em termos de políticas públicas, uma vez que os profissionais poucas vezes passam por processos de formação, o que compromete os atendimentos, e os equipamentos são insuficientes para suprir as demandas. Os policiais falam das dificuldades impostas pelo tráfico e seus trabalhos de prevenção ao uso de drogas. A representante da regional de educação assume a distância das escolas da rede de proteção, porque “as pessoas sequer se conhecem”. As profissionais de saúde chamam a atenção para a “cultura do medo” que envolve os profissionais de saúde, resistentes em atender “bandidinhos” e da ausência de abrigos para atender os casos muito graves. Alguns profissionais culpam a família pela vida desencaminhada dos filhos, em que “a criança reproduz o comportamento da mãe prostituta”. Outra representante da saúde interpela, alegando que “a gente não pode pensar a família como produtora da sociedade”. A assistente social do CRAS apenas se apresenta, “o CRAS é novo na comunidade”. Esses diferentes estilos comunicativos revelam, entre outras coisas, um complexo de tramas institucionais e simbólicas, em que preconceitos e estereótipos são

indissociáveis da produção das políticas nas periferias. Quando o encontro acaba, uma representante alega a uma das ativistas do CDHS que não se pode pensar as políticas públicas em termos partidários. O CDHS, por sua vez, sabe que sem o apoio de atores do legislativo e do judiciário comprometidos com a causa dos direitos humanos e o aumento de ofertas de serviços públicos, a situação de Sapopemba seria ainda mais grave.

Pode-se dizer que, neste segundo tempo, o CDHS esteve mais inclinado às articulações locais, seguindo a própria dinâmica da estrutura de políticas territorializadas. Ao mesmo tempo, os contextos e privação de direitos seguem o seu curso, exigindo criatividade e inovação da entidade. Para além da inventividade do Tecendo a Rede, o CDHS realizou uma audiência pública que demandou a implementação de uma Unidade Básica de Saúde em uma das regiões mais pobres do distrito, reforçando, mais uma vez, a sua vocação de articulação política. O Ministério Público também foi acionado através de uma ação civil, que pressionou pela implementação de políticas na região. E outras audiências públicas seguem seu curso no presente.

Notas Finais

As análises realizadas permitem afirmar que as intersecções institucionais do CDHS podem ser mais bem compreendidas se tomarmos a análise de questões mais conjunturais, relativas ao funcionamento do Estado e das políticas dirigidas à população pobre e, especialmente, se levarmos em conta as dimensões de socialidade da experiência que afeta profundamente a dimensão de agency desempenhada por ativistas de direitos humanos desde 1980.

As mudanças nas intersecções entre atores têm relação com situações complexas que envolvem eventos, pessoas e o coletivo. A ação política do CDHS, marcada por alianças e disputas, tem relação com as conjunturas do momento: os abusos policiais aos moradores e aos ativistas, o crime organizado e as políticas públicas nos níveis estadual e municipal. A ação política também opera de modo indissociável dos agenciamentos dos militantes e de suas trajetórias institucionais e de vida, amplamente conectada com a socialidade da experiência dos moradores. Importa, portanto, todos os gestos da vida cotidiana e da socialidade no contexto temporal. As redes revelam inúmeros laços, que encerram muitos fatos, leituras e uma rede ampla de relações. Antes de trabalhar com toda essa complexidade, tentei dar conta de apenas algumas interações.

Podemos lembrar, com Bourdieu (2009 [1980]: 29) que a prática exprime “realidades simultaneamente sobredeterminadas que é bem difícil de ser dominada por completo, ainda que se possa entender seu princípio, permanecem bem difíceis de serem dominadas completamente (...)”. Mas as dimensões de *agency* operam sempre, indicando momentos de esforço, tentativa ou liberdade que existe na ação social, ao mesmo tempo em que as forças da conjuntura operam com grande intensidade. Foi o que aconteceu a partir das relações entre o CEDECA e o Estado para a execução das medidas sócioeducativas, o que possibilitou a origem do CDHS. O mesmo se deu na audiência pública contra a Operação Saturação, na Comissão Independente e Mista e nos eventos do Tecendo a Rede. Mas, embora as intersecções institucionais estejam em constante mudança, a violência e os acordos que operam na socialidade da experiência em Sapopemba continuam atravessando o CDHS ao longo do tempo, mesmo considerando as inflexões nos padrões de violência e criminalidade nos últimos tempos. Não há como pensar os deslocamentos nos engajamentos civis da periferia sem considerar o Estado e as políticas públicas, a criminalidade e o crime organizado, além da trajetória dos próprios agentes envolvidos.

Bibliografia

- ALMEIDA, R.; D'ANDRÉA, T. E DE LUCCA, D. “Situações Periféricas”. *Novos Estudos Cebrap*, 82, 108-130, 2009.
- BIONDI, K. “Junto e Misturado”: imanência e transcendência no PCC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- BOURDIEU, P. *O Senso Prático*. Rio de Janeiro, Vozes, 2009 [1980].
- BUTLER, J. *Excitable Speech: a politics of the performative*. New York, Routledge, 1997.
- CARR, D. *Time, Narratives, and History*. Bloomington, Indiana University Press, 1986.
- CEFAI, D. “Como nos mobilizamos? A Contribuição de uma Abordagem Pragmatista para a Sociologia da Ação Coletiva”. *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, (2)4, 11-49, 2009.
- DAS, V. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.
- DIANI, M, and MACADAM, D. *Social Movements and Network: Relational Approaches to a Collective Action*. New York, Oxford University Press, 2009.

EMIRBAYER, M. Network Analysis, Culture and the Problem of Agency. *AJS*, (99), 1411-1454, 1994.

_____. Manifesto for a relational sociology. *AJS* (103)2, 281-317, 1997.

EMIRBAYER, M. e MISCHÉ, A. “What is Agency?”. *AJS* (103)4, 963-1023, 1998.

FELTRAN, G. Fronteiras de Tensão. Tese de doutorado (Unicamp), 2008.

_____. “A violência extra-legal nas periferias de São Paulo”. *Texto apresentado no 33ª Encontro Anual da Anpocs*, 2009.

_____. “Margens da Política, Fronteiras da Violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo”. *Revista Lua Nova*, 79, 201-233, 2010.

GURZA LAVALLE, A. CASTELLO, G. e BICHER, R. “Os Bastidores da Sociedade Civil – Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas”. São Paulo, 2006a. Internet: http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/LAVALLE_CASTELLO_BICHER_Os%20Bastidores%20da%20Sociedade%20Civil.pdf

GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. e CASTELLO, G. “Representações Cívicas: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (21)60, 43-66, 2006b.

LAVALLE, A.; CASTELLO, G. e BICHER, R.M. 2007. “Redes e Capacidade de Ação Social na Sociedade Civil: o caso de São Paulo – Brasil. *Redes – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, (12)6, 2007. Internet: http://www.centrodametropole.org.br/index.php?section=content&subsection_id=5&content_id=554

GIDDENS, A. *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura*. Portugal, Celta/Oeiras, 2000[1979].

_____. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, Edusp, 2008[2001].

HIRATA, D. *Sobreviver na Adversidade: entre o Mercado e a Vida*. Tese de Doutorado (USP), 2010.

MARQUES, A. 2009. *Crime, Proceder, Convívio-Seguro: Um Experimento Antropológico a partir da Relação Convívio-Seguro*. Dissertação de Mestrado (USP), 2009.

MARQUES, E. *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*. São Paulo, Editora Unesp/Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MCADAM, D., TARROW, S. and TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

MISCHÉ, A. *Partisan Publics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activist Network*. New Jersey, Princeton University Press, 2008.

_____. “Relational Sociology, Culture and Agency” (a ser publicado no *Sage Handbook of Social Network Analysis*, editado por Jhon Scott e Peter Carrington), 2010.

ORTNER, S. B. "Subjetividade e Crítica Cultural". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, (13)28, 375-405, 2007.

SOMERS, M. "Narrativity, Narrative Identity, and Social Action: Rethinking English Work-Class Formation." *Social Science History*, (16)4, 591-630, 1992.

TILLY, C. *Durable Inequalities*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1998.

_____. *The Politics of collective violence*. Cambridge, Cambridge of University Press, 2003.

THÉVENOT, L. *L'action ou Pluriel: Sociologie dès Regimes D'engagement*. Paris, La Découverte, 2006.